

DOCUMENTO

RESGATAR A DIGNIDADE DA POLÍTICA: DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A CRISE POLÍTICA DO BRASIL

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª *Assembléia Geral* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 9 a 17 de agosto de 2005, em Itaiaci, Indaiatuba (SP), nos preocupamos com a situação do país. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público, e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromissos de participação política.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças que haviam sido suscitadas nos últimos anos. É indispensável, por isto, renovar a convicção de que a política é uma forma sublime de praticar a caridade, quando colocada ao serviço da justiça e do bem comum.

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no país. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal,

com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso país, fortalecendo a prática da democracia, sem omitir-nos ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida, inclusive, com a devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral brasileiro e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar este momento para realizar uma profunda reforma política, como oportunidade de assegurar a fidelidade partidária; aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão, conforme o Artigo 14 da **Constituição Federal**. Urge assegurar a lisura nas campanhas eleitorais pela aplicação mais rápida e severa da Lei 9.840 *Contra a corrupção eleitoral*.

Apoiamos e incentivamos todo o trabalho de averiguação criteriosa dos fatos, quando fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa, levada adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos e colocá-los à disposição da cidadania, para aprimoramento da consciência política dos cidadãos. É importante, no entanto, manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisias e sem pré-julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

Em sintonia com o povo, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos mas

perceber igualmente o grande mal do nosso país, que é sua enorme desigualdade social. Esta desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, mediante mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os pobres são as maiores vítimas da crise. Ninguém pode roubar-lhes a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

A experiência de participação popular na política — por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais e partidos políticos — é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro que não podem ser perdidos pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Associamo-nos, portanto, aos governantes e ao povo brasileiro, para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura, apesar de alguns aspectos ambíguos, guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. O povo já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. Alicerçados nos valores do Evangelho, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que “*a Verdade vos libertará*” (Jo 8,32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da *4ª Semana Social Brasileira*, que neste momento queremos encorajar, “*dando as razões da nossa esperança*” (1 Pd 3, 15).

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Itaici, Indaiatuba (SP), 12 de agosto de 2005.

43ª Assembléia Geral
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)